

Bruxelas, 18 de setembro de 2025
(OR. en)

13016/25

ASIE 34	RECH 401
COASI 105	FIN 1083
CFSP/PESC 1355	AG 138
RELEX 1194	POLMIL 269
ENER 449	POLCOM 249
ENV 860	DIGIT 178
CLIMA 349	AGRI 435
DEVGEN 153	TRANS 393
ECOFIN 1211	EDUC 359
COMPET 895	MIGR 298

NOTA DE ENVIO

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	18 de setembro de 2025
para:	Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	JOIN(2025) 50 final
Assunto:	COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre uma nova Agenda Estratégica UE-Índia

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento JOIN(2025) 50 final.

Anexo: JOIN(2025) 50 final



ALTO REPRESENTANTE
DA UNIÃO PARA OS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E A
POLÍTICA DE SEGURANÇA

Bruxelas, 17.9.2025
JOIN(2025) 50 final

COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO

sobre uma nova Agenda Estratégica UE-Índia

COMUNICAÇÃO CONJUNTA SOBRE UMA NOVA AGENDA ESTRATÉGICA EU-ÍNDIA

A visita do colégio de comissários à Índia, em fevereiro de 2025, lançou as bases para um novo capítulo nas relações UE-Índia. Durante esta visita histórica — a primeira do gênero ao Indo-Pacífico —, ambas as partes comprometeram-se a **reforçar a Parceria Estratégica**, a fim de impulsionar a prosperidade partilhada, reforçar a segurança e enfrentar em conjunto os principais desafios mundiais.

A presente comunicação conjunta estabelece uma agenda estratégica abrangente que aprofunda, alarga e coordena melhor a cooperação UE-Índia, produzindo **resultados mutuamente benéficos e transformadores** para ambos os parceiros e para o resto do mundo.

A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA ESTRATÉGICA UE-ÍNDIA

A Índia, a maior democracia e uma das maiores economias em mais rápido crescimento do mundo, é um **parceiro vital para a UE**. A UE congratula-se com a ascensão da Índia enquanto potência mundial, o que cria novas oportunidades de cooperação estratégica. O êxito da Índia beneficia a UE, tal como o êxito da UE beneficia a Índia.

Com mais de mil milhões de pessoas em idade ativa e uma idade média de 31 anos, a Índia deverá tornar-se a **terceira maior economia do mundo até 2030**. Um polo industrial e tecnológico em rápida expansão, acolhe 45 % dos centros de capacidades mundiais e investe fortemente em tecnologias de ponta. A Índia é uma das **principais partes interessadas no multilateralismo e na governação mundial**. É um dos principais contribuintes para as missões de manutenção da paz das Nações Unidas (ONU) e o maior produtor mundial de vacinas. Embora se trate do terceiro maior emissor de gases com efeito de estufa, já atingiu 50 % de capacidade instalada de eletricidade proveniente de fontes não fósseis. A Índia está também a assumir um papel cada vez mais importante em matéria de segurança no Oceano Índico e em todo o Indo-Pacífico.

Num contexto geopolítico e geoeconómico cada vez mais complexo, **uma cooperação mais estreita entre a UE e a Índia é mais importante do que nunca**. A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, juntamente com as recentes violações do espaço aéreo da União, representa uma ameaça existencial para a segurança europeia. É da maior importância para a UE que qualquer forma de facilitar a guerra seja restringida.

A Europa e o Indo-Pacífico estão profundamente interligados, confrontados com ambições imperiais e tensões regionais — incluindo no estreito de Taiwan, no mar da China Meridional e no mar Vermelho — que ameaçam a ordem internacional assente em regras, bem como a segurança e a prosperidade de ambas as regiões. Este aspeto é especialmente relevante, uma vez que a **UE tem uma presença geográfica no Indo-Pacífico** através das suas regiões ultraperiféricas¹. A instrumentalização das dependências, as práticas comerciais unilaterais e o alargamento das assimetrias económicas comprometem ainda mais a estabilidade mundial.

¹ Regiões ultraperiféricas da Reunião e de Maiote e países e territórios ultramarinos (PTU) das Terras Austrais e Antárticas Francesas, Nova Caledónia, Wallis e Futuna e Polinésia Francesa.

Neste panorama mundial fragmentado, a UE e a Índia são **parceiros estratégicos naturais** empenhados em reforçar a cooperação num vasto leque de domínios. Em conjunto, representam quase um quarto do produto interno bruto e da população mundiais e têm **capacidade e responsabilidade para moldar os resultados globais**: defender os valores democráticos e os direitos humanos, combater a expansão territorial ilegal e as ameaças híbridas, promover o crescimento inclusivo, promover a ação em matéria de alterações climáticas e de biodiversidade, a segurança alimentar e sanitária mundial e acelerar os progressos na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Fazer avançar a Parceria Estratégica UE-Índia é uma prioridade estratégica. A UE e a Índia têm o potencial e a determinação para moldar uma das parcerias determinantes do século XXI. Embora a UE e a Índia possam não estar alinhadas em todas as questões, esta parceria assenta em **interesses convergentes, pontos fortes complementares e vontade política partilhada**, e pode ter um impacto real para as pessoas em ambas as regiões e além delas.

A UE e a Índia são democracias pluralistas empenhadas na autonomia estratégica, na resiliência económica e na estabilidade internacional. Parceiros que partilham as mesmas ideias e de confiança, **apoiam uma ordem internacional baseada em regras**, assente no respeito da soberania, de um multilateralismo eficaz e de uma cooperação aberta e previsível. Enquanto importantes parceiros comerciais, ambos têm interesse em trabalhar em conjunto para combater as distorções do comércio mundial, reduzir a dependência excessiva de qualquer parceiro individual e promover a diversificação do comércio.

A UE e a Índia são **parceiros que contribuem mutuamente para o desenvolvimento de ambos**. Os pontos fortes da Europa em matéria de comércio, capital e inovação complementam a vantagem demográfica, o dinamismo do mercado e as capacidades tecnológicas da Índia. Em conjunto, a *Bússola para a Competitividade* da UE e a iniciativa *Atmanirbhar Bharat* da Índia proporcionam uma base sólida para uma cooperação mais aprofundada em matéria de comércio, segurança económica e transições ecológica e digital. Através da sua experiência em matéria de regulamentação, do acesso ao mercado único e da inovação conjunta, a UE apoia o crescimento inclusivo e sustentável da Índia, alinhando-se com a visão da Índia de se tornar um país desenvolvido até 2047. A Estratégia *Global Gateway* da UE e o papel crescente da Índia enquanto parceiro de desenvolvimento podem amplificar o impacto dos investimentos em países terceiros.

Sessenta anos após o estabelecimento de laços diplomáticos — e com base em mais de 30 anos de cooperação UE-Índia e 20 anos de parceria estratégica —, ambas as partes continuam empenhadas em reforçar a parceria. A Índia é uma **clara prioridade de política externa para a UE e os seus Estados-Membros**. Os marcos recentes, incluindo a visita do colégio de comissários, sublinharam a ambição da UE de trabalhar de forma mais estreita e eficaz com a Índia enquanto parceiro fundamental no Indo-Pacífico. A visita também deu origem a acordos concretos, tal como refletido na Declaração Conjunta dos Líderes².

² https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/statement_25_647.

A comunicação conjunta centra-se no **aprofundamento da cooperação** em domínios estabelecidos, no **alargamento da participação** em novos setores, tanto a nível bilateral como multilateral, e na **melhoria da coordenação**, a fim de assegurar uma orientação mais sólida, uma aplicação eficaz e uma maior coerência.

A Comissão e a alta representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança propõem estruturar a nova Agenda Estratégica UE-Índia em torno dos cinco pilares abaixo indicados.

1. **PROSPERIDADE E SUSTENTABILIDADE:** dinamizar o comércio e o investimento; reforçar as cadeias de abastecimento e a segurança económica; e promover a transição para energias limpas e a resiliência.
2. **TECNOLOGIA E INOVAÇÃO:** apoiar tecnologias emergentes críticas; promover um ambiente digital propício; e promover a cooperação no domínio da investigação.
3. **SEGURANÇA E DEFESA:** aprofundar o compromisso em matéria de segurança regional; combater as ameaças tradicionais e híbridas; e reforçar a cooperação industrial no domínio da defesa.
4. **CONNECTIVIDADE E QUESTÕES GLOBAIS:** reforçar a conectividade regional; promover a cooperação em países terceiros; e moldar uma governação mundial eficaz.
5. **FACILITADORES EM TODOS OS PILARES:** expandir a mobilidade das competências; promover a compreensão mútua; envolver as comunidades empresariais; e reforçar a arquitetura institucional.

1. PROSPERIDADE E SUSTENTABILIDADE

Perante a incerteza económica mundial, as vulnerabilidades da cadeia de abastecimento e a pressão sobre o sistema comercial baseado em regras, é vital uma cooperação mais estreita entre a UE e a Índia. Em conjunto, ambos os parceiros podem impulsionar o crescimento, a criação de emprego, o desenvolvimento industrial e a segurança económica, promovendo simultaneamente a descarbonização, a circularidade e uma transição para energias limpas justa para combater as alterações climáticas, aumentar a segurança energética e alimentar, reduzir a poluição e proteger a biodiversidade. A Índia pode impulsionar a competitividade e a resiliência da UE, ao mesmo tempo que a UE pode apoiar as ambições de produção e de desenvolvimento regional da Índia, assegurando que a prosperidade e a sustentabilidade sejam indissociáveis.

a) Dinamizar o comércio e o investimento

A UE é o **maior parceiro comercial da Índia**, ao passo que a Índia é o **maior parceiro comercial da UE no Sul Global**. Em 2024, o comércio bilateral de mercadorias atingiu 120 mil milhões de EUR, o que representa um aumento de quase 90 % ao longo da última década. O comércio de serviços acrescenta mais 60 mil milhões de EUR. **Cerca de 6 000 empresas europeias** operam na Índia, empregando diretamente 3 milhões de pessoas e apoiando indiretamente milhões de postos de trabalho, o que faz da UE um dos principais investidores na Índia. O investimento direto estrangeiro da UE na Índia atingiu 140 mil milhões de EUR em 2023 — quase duplicando em cinco anos —, enquanto as empresas indianas estão a expandir a

sua presença na UE, nomeadamente através de investimentos em pequenas e médias empresas (PME).

Apesar destes progressos, continua a haver um **potencial significativo por explorar**. A Índia representa menos de 2,5 % do comércio de bens e serviços da UE e o investimento indiano na UE totaliza apenas 10 mil milhões de EUR. Os principais obstáculos na Índia incluem direitos aduaneiros elevados e medidas internas que restringem a concorrência nas importações e limitam o investimento direto estrangeiro, bem como as oportunidades de negócio para ambas as partes. O reforço da convergência e da transparência regulamentares, da segurança jurídica, das práticas comerciais justas, da segurança dos produtos e da sustentabilidade das empresas ajudaria a criar um ambiente empresarial mais propício. Uma das principais prioridades é a criação de oportunidades de emprego digno, em especial para as mulheres.

Um **acordo de comércio livre (ACL)** entre a UE e a Índia que reduza substancialmente as barreiras pautais e não pautais desbloquearia importantes fluxos comerciais e de investimento, constituindo um dos maiores acordos deste tipo a nível mundial. Asseguraria que as empresas indianas e europeias possam colher os benefícios de intercâmbios estáveis e baseados em regras, de cadeias de abastecimento mais integradas e de novos mercados de exportação, apoiando a diversificação do comércio. O ACL deve combinar um melhor acesso ao mercado com regras claras, simples, previsíveis e aplicáveis, bem como disposições sólidas em matéria de desenvolvimento sustentável. O objetivo de ambas as partes é **concluir as negociações até ao final de 2025**.

A UE e a Índia devem procurar celebrar rapidamente um **acordo de proteção dos investimentos (API)** que preveja elevados padrões de proteção dos investidores de ambas as partes. Paralelamente, a UE colaborará com a Índia para promover **mercados financeiros** internacionais estáveis, resilientes e bem integrados. Tal inclui o reforço da cooperação em matéria de supervisão financeira — em que um memorando de entendimento entre as respetivas autoridades independentes em matéria de **compensação** seria um instrumento importante para manter a estabilidade financeira —, bem como a promoção de normas de luta contra o branqueamento de capitais acordadas a nível internacional. Em conjunto, estas iniciativas ajudariam a promover um ambiente propício ao investimento, fluxos de investimento transfronteiras e a mobilização de financiamento sustentável e digital.

A UE propõe igualmente reforçar o **diálogo macroeconómico** bilateral.

A celebração de um **acordo sobre indicações geográficas** melhoraria as oportunidades comerciais e impulsiona o desenvolvimento económico, assegurando uma proteção eficaz das denominações de produtos emblemáticos nos mercados de ambas as partes.

Uma vez que a Índia é o país que regista o crescimento mais rápido entre os maiores mercados mundiais da aviação civil, um **acordo geral de transporte aéreo** traria benefícios económicos e para os consumidores. Tal incluiria mais voos diretos, tarifas aéreas mais baixas, ligações turísticas e comerciais mais fortes, condições de concorrência mais equitativas e uma cooperação mais estreita em matéria de sustentabilidade e aviação ecológica. Deve ser estabelecido um **diálogo sobre a aviação** para explorar formas de aprofundar a cooperação no mercado.

A UE está empenhada em intensificar os investimentos na Índia através da **Estratégia Global Gateway**, reduzindo os riscos do investimento do setor privado com garantias e financiamento misto. Baseando-se na abordagem Equipa Europa, a carteira de investimentos *Global Gateway* na Índia já ultrapassa os 15 mil milhões de EUR, abrangendo setores como as energias renováveis, a água, os transportes urbanos e as infraestruturas digitais. Os futuros projetos poderão alargar-se a outros setores estratégicos, tendo em vista apoiar a modernização, as transições ecológica e digital e as cadeias de valor estratégicas da Índia, bem como promover a conectividade na região. O **Banco Europeu de Investimento (BEI)** continuará a ser um interveniente fundamental na promoção desta agenda.

b) Reforçar as cadeias de abastecimento e a segurança económica

O estreitamento das relações comerciais é essencial para garantir e diversificar as cadeias de valor. À medida que a segurança económica ganha importância, a UE e a Índia estão a tornar-se parceiros indispensáveis nos **esforços de redução dos riscos** e na construção de **cadeias de abastecimento resilientes e fiáveis**. As capacidades industriais avançadas da UE e a base industrial em expansão da Índia são complementares e uma coordenação mais estreita pode reforçar as posições de ambos os parceiros nas cadeias de valor mundiais.

Através do Conselho de Comércio e Tecnologia (CCT), a UE e a Índia aprofundarão a colaboração em setores-chave, a fim de assegurar cadeias de abastecimento capazes de resistir a perturbações a nível mundial. As prioridades incluem a plena aplicação do **Acordo UE-Índia sobre Semicondutores** (novembro de 2023), a cooperação em matéria de **tecnologias verdes**, como a **energia solar**, para reduzir a dependência excessiva de fornecedores subsidiados de países terceiros, sistemas de alerta precoce para **princípios ativos farmacêuticos** e planos de contingência nas **cadeias de abastecimento alimentar**. No futuro, a cooperação poderá alargar-se à **produção avançada** e à **biotecnologia**.

A UE e a Índia devem também **avaliar conjuntamente as vulnerabilidades externas** e as oportunidades comerciais estratégicas, a fim de identificar outros setores prioritários. Nesta base, uma colaboração específica em cadeias de valor estratégicas — abrangendo normas técnicas e de sustentabilidade, melhorias regulamentares, inovação, desenvolvimento de competências e facilitação do investimento com a participação ativa do setor privado — poderia produzir resultados tangíveis. Para operacionalizar este processo, a UE propõe a **criação de Vales Azuis** como plataformas específicas para cadeias de valor selecionadas, concebidas para **acelerar a participação do setor privado** através da facilitação do investimento, do alinhamento de normas e da colaboração empresarial estruturada.

Um aprovisionamento seguro de **matérias-primas críticas** continua a ser uma prioridade estratégica para ecossistemas industriais sustentáveis e resilientes. A aprovação pela Índia do Plano de Ação do G7 para os Minerais Críticos reflete o alinhamento pelos princípios fundamentais, incluindo a sustentabilidade, a diversificação e a transparência do mercado, e constitui uma base para a cooperação prática.

A UE está igualmente disposta a encetar com a Índia um **diálogo sobre a diversificação das importações de energia**, com o objetivo de garantir fontes fiáveis e a preços acessíveis.

Por último, os debates sobre segurança económica no âmbito do CCT devem ser alargados a outras questões, como a análise do **investimento direto estrangeiro**, o reforço da **segurança da investigação** e a prevenção de **fugas tecnológicas**.

c) Promover a transição para energias limpas e a resiliência

Com base em compromissos comuns — os compromissos de emissões líquidas nulas da UE para 2050 e da Índia para 2070 — e nas capacidades tecnológicas de ambas as partes, a UE e a Índia podem acelerar a sua transição para energias limpas, promover a descarbonização e reforçar a liderança mundial. Podem contribuir substancialmente para a aplicação eficaz do Acordo de Paris. A continuação da cooperação nos domínios das energias renováveis, do armazenamento de energia, das redes inteligentes, da eficiência energética e dos combustíveis renováveis apoiará o papel da Índia enquanto fornecedor de energia e tecnologia limpas. É igualmente essencial garantir a resiliência, nomeadamente através de uma maior circularidade, da proteção da biodiversidade e do reforço da segurança alimentar e sanitária.

A Parceria para a Energia Limpa e o Clima tornou-se uma plataforma fundamental e pode ser reforçada, nomeadamente para impulsionar a implantação e a adoção pelo mercado de **tecnologias energéticas ecológicas e limpas**. A UE promoverá os intercâmbios comerciais entre a UE e a Índia no domínio das tecnologias limpas e aprofundará a cooperação em setores-chave.

No que diz respeito à **energia eólica marítima**, a UE e a Índia promoverão a cooperação através das cimeiras de empresas de energia eólica marítima UE-Índia, a fim de trocar boas práticas e facilitar a participação B2B, bem como através de intercâmbios alargados de conhecimentos especializados em matéria de transferência de tecnologia, saber-fazer e conceção de leilões. Os esforços conjuntos centrar-se-ão igualmente na investigação e inovação em tecnologias adaptadas às condições locais, enquanto ambas as partes explorarão o apoio contínuo a instalações de ensaio e demonstração, com o objetivo de estimular a concorrência e reduzir os custos.

Além disso, a criação de um grupo de trabalho UE-Índia sobre o hidrogénio verde dá um impulso para aprofundar e alargar a cooperação. Apoiará os esforços para descarbonizar os setores em que é difícil reduzir as emissões, reforçando simultaneamente as relações comerciais e económicas. O grupo de trabalho reunirá empresas, indústria, instituições académicas e grupos de reflexão para promover a inovação, a partilha de conhecimentos e a cooperação tecnológica em matéria de **produção, armazenamento e distribuição de hidrogénio verde**, bem como sobre boas práticas e estudos de caso bem-sucedidos. O BEI, enquanto membro da Aliança do Hidrogénio da Índia (IH2A), está disposto a apoiar o financiamento e as relações comerciais.

Paralelamente, a cooperação para reforçar os **mercados de energia** — através de instrumentos como contratos para diferenciais, análises de contadores inteligentes e acordos de compra — pode aumentar a segurança do investimento, reduzir os preços da energia e acelerar a implantação em grande escala. Os esforços conjuntos para facilitar acordos de compra e promover a cooperação tecnológica em domínios como os eletrolisadores, as pilhas de combustível e as tecnologias de armazenamento, apoiados pelo intercâmbio de conhecimentos

especializados e de boas práticas, reforçarão ainda mais a competitividade e as economias de escala em toda a cadeia de valor das energias limpas.

Com base no desenvolvimento de capacidades de produção de hidrogénio verde, a UE e a Índia poderão cooperar para acelerar a **descarbonização das indústrias pesadas**, em especial através do desenvolvimento de **aço e cimento hipocarbónicos** na Índia. O trabalho da UE em matéria de medidas do lado da procura e de rotulagem dos produtos pode ajudar a expandir este mercado ainda emergente, assegurando simultaneamente condições de concorrência equitativas e combatendo a sobrecapacidade a nível mundial.

A cooperação poderia também ser aprofundada no domínio da **mobilidade sustentável**. O forte mercado da aviação da Índia, o crescimento das energias renováveis e o potencial dos resíduos biogénicos fazem dela um parceiro fundamental para os **combustíveis sustentáveis para aviação (SAF)**. O avanço da cooperação — nomeadamente através do projeto ACT-SAF financiado pela UE — pode impulsionar a produção de combustíveis sustentáveis para aviação e posicionar ambos os parceiros como organismos de normalização a nível mundial. Poderá também prosseguir-se a colaboração em matéria de metodologias de certificação energética e de **eletromobilidade** dos veículos, incluindo o intercâmbio de conhecimentos e a harmonização das normas de carregamento de veículos elétricos.

A UE e a Índia poderiam aprofundar a cooperação em matéria de **urbanização sustentável** através das parcerias existentes, com destaque para as cidades, as empresas e a sociedade civil. A colaboração inclui igualmente a Convenção Mundial de Autarcas e o programa de Cooperação Urbana e Regional Internacional (IURC), que promove os intercâmbios entre cidades.

A UE e a Índia têm a oportunidade de cooperar no desenvolvimento de um **mercado interno do carbono** para reduzir as emissões e gerar fundos para a transição para energias limpas. O regime de comércio de créditos de carbono da Índia está a avançar rapidamente e a UE pode partilhar ensinamentos do seu regime de comércio de licenças de emissão em matéria de monitorização, comunicação de informações, verificação e parâmetros de referência setoriais. O preço do carbono efetivamente pago na Índia será deduzido ao abrigo do ajustamento financeiro do Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço da UE (CBAM), que, tendo por base o teor de carbono, favorecerá os exportadores indianos que descarbonizam as suas mercadorias CBAM. Este mecanismo está também a ser simplificado para beneficiar as pequenas empresas.

A UE e a Índia devem também promover a colaboração em **instrumentos de financiamento sustentável** — como as obrigações verdes — para canalizar capital privado para a transição para energias limpas da Índia. Enquanto país prioritário no âmbito da iniciativa da UE relativa às obrigações verdes mundiais, a Índia beneficiará de linhas de crédito verde reforçadas da UE e de reservas de projetos suscetíveis de obter financiamento bancário, apoiando a sua emergência como plataforma regional para o capital verde.

No âmbito da Parceria UE-Índia para a Eficiência na Utilização dos Recursos e a Economia Circular, a UE e a Índia devem reforçar o diálogo e a cooperação em matéria de **economia circular**. Através do intercâmbio de boas práticas e de abordagens políticas e do

desenvolvimento de soluções empresariais — em especial nos setores têxtil, eletrónico, dos veículos eletrónicos e das baterias, da reciclagem de navios e dos plásticos —, ambos os parceiros podem acelerar a transição para **sistemas eficientes em termos de recursos** que reduzam os resíduos e criem emprego. As iniciativas em curso poderão abrir caminho a uma maior colaboração em torno da reciclagem de matérias-primas críticas. A UE explorará opções para retomar o Fórum Ambiental UE-Índia, a fim de facilitar os intercâmbios entre as partes interessadas governamentais e empresariais.

A UE reforçará a cooperação com a Índia no domínio da **bioeconomia**, incluindo a silvicultura e a utilização inovadora de materiais. Com base na Parceria para a Água Índia-UE, ambas as partes devem continuar a aprofundar o diálogo e a colaboração em matéria de gestão das bacias hidrográficas, **resiliência e segurança hídricas**, inundações e secas, reutilização da água e eficiência hídrica.

A UE está disposta a aprofundar a cooperação com a Índia em matéria de **agricultura sustentável**, intensificando as práticas agrícolas resilientes às alterações climáticas, melhorando a saúde dos solos e a produtividade dos ecossistemas, reduzindo a queima de restolho, promovendo a utilização de biorresíduos e reforçando a competitividade através de tecnologias verdes e de inovações inclusivas. Com base na Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar, um **diálogo de parceria em matéria de política agroalimentar** e a cooperação sobre a combinação da inovação tecnológica com a escala e a diversidade agrícolas poderiam promover a segurança alimentar mundial e os sistemas agroalimentares sustentáveis.

Adotando uma Abordagem «Uma Só Saúde», a UE está empenhada em colaborar com os centros indianos de controlo de doenças, a fim de reforçar a prevenção, a preparação e a resposta às ameaças atuais e emergentes para a saúde, apoiando simultaneamente **sistemas de saúde sustentáveis e resilientes**. Com base no empenho inicial no fabrico de vacinas e na vigilância das águas residuais, a parceria UE-Índia alargar-se-á para reforçar a partilha de dados, com uma forte colaboração público-privada a desempenhar um papel fundamental na promoção da inovação e da escalabilidade.

Dada a maior frequência e intensidade de catástrofes naturais agravadas pelas alterações climáticas, a UE e a Índia aprofundarão a cooperação em matéria de **adaptação às alterações climáticas**, centrando-se na prevenção e redução dos riscos climáticos, na melhoria da preparação para catástrofes e das capacidades de resposta e no reforço da resiliência das infraestruturas. Tal inclui a celebração de um acordo administrativo sobre uma cooperação mais estreita em matéria de **gestão de catástrofes** com a Autoridade Nacional de Gestão de Catástrofes da Índia através do diálogo político, da participação técnica, da partilha de conhecimentos e do reforço das capacidades em matéria de sistemas de alerta precoce e de resposta a emergências.

2. TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A prosperidade, a competitividade e o crescimento sustentável a longo prazo da UE e da Índia dependem da liderança em tecnologias emergentes. Ambas as partes partilham ambições de uma inovação aberta, segura e centrada no ser humano. A UE contribui com investigação e

infraestruturas digitais de craveira mundial, uma indústria forte, uma regulamentação sólida e conhecimentos especializados em tecnologias ecológicas e digitais, enquanto a Índia oferece uma mão de obra qualificada, vastos conjuntos de dados, uma economia digital e um setor eletrónico em crescimento, um ecossistema dinâmico de empresas em fase de arranque e conhecimentos especializados em inovação frugal. A cooperação em matéria de tecnologias emergentes críticas, a investigação e um ambiente digital propício trarão benefícios tangíveis para o público de ambas as partes.

a) Apoiar tecnologias emergentes críticas

A UE e a Índia devem adotar uma **abordagem que abranja toda a cadeia de valor** para a cooperação em matéria de tecnologias emergentes críticas, incluindo investigação e inovação, produção, normalização, regulamentação, aceitação pelo mercado, desenvolvimento de competências e facilitação do investimento. No âmbito da arquitetura do CCT, a UE propõe a criação de um número limitado de **polos de inovação UE-Índia** — plataformas específicas sobre tecnologias essenciais que reúnam decisores políticos, líderes industriais, empresas em fase de arranque, investidores e peritos para identificar prioridades comuns e catalisar a inovação.

Estes polos apoiariam o diálogo, o intercâmbio de conhecimentos e projetos conjuntos no domínio das tecnologias emergentes críticas. À medida que atingem a maturidade, as tecnologias promissoras resultantes da colaboração numa fase inicial poderão ser desenvolvidas através dos Vales Azuis, a fim de promover a implantação industrial e acelerar a participação do setor privado. A cooperação inicial poderia centrar-se nas tecnologias digitais, com base na Rede de Polos Europeus de Inovação Digital da UE.

É essencial reforçar as ligações entre as PME, as incubadoras e as empresas em fase de arranque europeias e indianas, incluindo as de tecnologias profundas. A UE propõe uma **parceria EU-Índia para as empresas em fase de arranque**, em colaboração com o Conselho Europeu da Inovação, a Start-up India e os Estados-Membros, para promover o investimento transfronteiras, a cocriação e as empresas de elevado potencial, tirando partido do dinamismo do ecossistema das empresas em fase de arranque da Índia e dos instrumentos de inovação da UE.

As oportunidades de cooperação incluem investigação e desenvolvimento conjuntos, intercâmbios recíprocos de talentos e empresas comuns estratégicas no domínio dos **semicondutores avançados**, centrando-se na conceção e prototipagem de aplicações de inteligência artificial (IA), tirando partido dos conhecimentos especializados indianos em matéria de conceção de circuitos integrados e das infraestruturas de investigação europeias ao abrigo do Regulamento dos Circuitos Integrados.

A UE e a Índia estão empenhadas em desenvolver uma **IA avançada, fiável, sustentável e centrada no ser humano**. A cooperação centrar-se-á em domínios estratégicos de IA, incluindo modelos linguísticos de grande dimensão, conjuntos de dados multilingues de processamento de linguagem natural, conjuntos de dados de treino de IA e soluções de IA para bens públicos como os cuidados de saúde, a agricultura e a ação climática. Reforçar-se-á a colaboração entre o Serviço Europeu para a IA e a Missão Nacional de IA da Índia, bem como a cooperação com

o instituto indiano para a segurança da IA, a fim de alargar a segurança, os ensaios e a avaliação da IA.

No âmbito do acordo administrativo UE-Índia sobre **computação de alto desempenho (HPC)**, foi lançada uma colaboração em investigação biomédica, modelação meteorológica e previsão de riscos naturais entre as respetivas partes interessadas, com potencial expansão para capacidades de HPC partilhadas e **sistemas híbridos de computação de alto desempenho**. As atividades conjuntas poderão incluir o acesso recíproco a instalações, normas comuns de avaliação comparativa, aplicações codesenvolvidas em simulação, otimização e aprendizagem automática, intercâmbios de investigadores, programas conjuntos de doutoramento e cofinanciamento para acelerar os fluxos de trabalho híbridos desde a prova de conceito até à produção.

Enquanto intervenientes fundamentais na tecnologia espacial, a UE e a Índia aprofundarão a cooperação em matéria de observação da Terra, navegação por satélite, vigilância espacial e comunicações. Será lançado um **Diálogo Espacial** para promover a colaboração e explorar a segurança espacial.

A proteção das tecnologias críticas deve ser uma prioridade comum. A UE e a Índia devem aplicar medidas sólidas para **impedir a transferência não autorizada ou a utilização indevida de tecnologias e conhecimentos sensíveis**, assegurando a sua utilização responsável em apoio da estabilidade mundial, dos valores democráticos e da autonomia estratégica.

b) Promover um ambiente digital propício

Com base nas futuras regras de comércio digital UE-Índia, a UE pretende aprofundar a cooperação com a Índia para criar um **ecossistema digital fiável, seguro, justo e interoperável**. Tal inclui o reforço da **colaboração regulamentar** em matéria de governação de dados, regulamentação de plataformas, mercados digitais e cibersegurança — orientada pela reciprocidade, pelas normas internacionais e pelos direitos humanos.

A UE e a Índia devem também trabalhar em conjunto para promover **mercados digitais justos, o comércio eletrónico seguro, a privacidade em linha e a proteção das crianças**, combatendo simultaneamente os conteúdos ilegais e os riscos sistémicos. A partilha de boas práticas contribuirá para equilibrar a inovação com a responsabilidade, promover a literacia digital e defender os valores democráticos, a liberdade de expressão e a dignidade humana na era digital.

Os **fluxos de dados transfronteiras** de confiança são vitais para o comércio, a inovação, a IA fiável e a cooperação em matéria de aplicação da lei e digitalização da justiça. Existe potencial para uma melhor ligação dos ecossistemas de dados da UE e da Índia de forma segura e compatível. A UE colaborará com a Índia para promover um **quadro sólido de proteção de dados** e promover a convergência na sua aplicação.

Tanto a UE como a Índia reconhecem a importância de implantar **infraestruturas digitais** seguras, em especial redes 5G/6G seguras e fiáveis e cabos submarinos e terrestres. A UE está disposta a partilhar a sua experiência neste domínio, com base em instrumentos como o conjunto de instrumentos para as redes 5G ou a recente comunicação para reforçar a segurança e a resiliência dos cabos submarinos. O Memorando de Entendimento entre a aliança indiana

Bharat 6G e a Associação da Indústria de Redes e Serviços Inteligentes 6G da UE serve de exemplo de esforços de colaboração mutuamente benéficos para desenvolver ecossistemas de telecomunicações seguros e fiáveis, abrindo caminho à criação de **redes 6G** resilientes e fiáveis.

A colaboração em matéria de **infraestruturas públicas digitais** — tirando partido da experiência da Índia com plataformas inclusivas e de grande escala e a liderança da UE em matéria de normas mundiais — pode apoiar a inclusão financeira, a identidade digital e a prestação eficiente de serviços públicos. Ambas as partes visam permitir a **interoperabilidade técnica**, nomeadamente entre a carteira de identidade digital da UE e o sistema Adhaar da Índia, a fim de facilitar o comércio transfronteiras, as viagens e o intercâmbio de dados. Visam também promover conjuntamente as infraestruturas públicas digitais em países terceiros.

c) Promover a cooperação no domínio da investigação

A cooperação no âmbito dos **programas de investigação e inovação da UE** proporciona oportunidades aos investigadores e inovadores em domínios como as tecnologias digitais, as energias limpas, a gestão da água, a alimentação e a agricultura, a saúde e as tecnologias emergentes, como os semicondutores, a biotecnologia e os materiais avançados, assegurando simultaneamente a igualdade de acesso das mulheres a estas oportunidades.

A cooperação conjunta no domínio da investigação no âmbito do Horizonte Europa — o programa emblemático de investigação e inovação da UE — já existe através de convites à apresentação de propostas coordenados excepcionais com a Índia, como os relativos aos resíduos plásticos marinhos e à conversão de resíduos em hidrogénio renovável. No entanto, a Índia poderia considerar a possibilidade de se **associar ao Horizonte Europa**. Tal abriria a porta a uma cooperação científica mais aprofundada e estruturada, permitindo aos investigadores e instituições indianos participar em pé de igualdade em projetos de colaboração numa vasta gama de domínios. Melhoraria igualmente o acesso dos investigadores indianos às infraestruturas europeias de investigação de craveira mundial.

Com base no acordo Euratom-Índia para a cooperação em matéria de investigação e desenvolvimento, ambos os parceiros devem promover a colaboração em matéria de **utilizações pacíficas da energia nuclear**, abrangendo a segurança dos reatores nucleares, a proteção contra as radiações, a gestão dos resíduos radioativos, a segurança nuclear extrínseca, as salvaguardas, as aplicações científicas nucleares e a fusão. A UE e a Índia devem também aprofundar a sua cooperação no **Reator Termonuclear Experimental Internacional**, de que ambos são membros.

3. SEGURANÇA E DEFESA

A crescente complexidade das ameaças à segurança mundial, o aumento das tensões geopolíticas e a rápida evolução tecnológica sublinham a necessidade de um diálogo e cooperação mais estreitos entre a UE e a Índia em matéria de segurança e defesa. As pressões sobre as linhas marítimas mundiais ameaçam a liberdade de navegação, ao passo que estão a surgir novos riscos nos domínios cibernético, híbrido e espacial. As tecnologias disruptivas emergentes, como a IA, oferecem vantagens estratégicas, suscitando simultaneamente desafios

no que diz respeito à transparência, à responsabilização e ao cumprimento do direito internacional.

A cooperação UE-Índia em matéria de segurança e defesa ganhou recentemente um novo ímpeto, nomeadamente através do **diálogo estratégico sobre a política externa e de segurança** lançado em junho de 2025. Os diálogos temáticos regulares abordam questões de segurança e defesa, segurança marítima, cibersegurança, luta contra o terrorismo e não proliferação. A Índia é também um parceiro fundamental do projeto da UE «Reforçar a cooperação em matéria de segurança na Ásia e com a Ásia e o Indo-Pacífico» (ESIWA+).

A UE e a Índia estão agora a explorar a criação de uma **Parceria de Segurança e Defesa EU-Índia**. Esta parceria aprofundaria ainda mais as consultas estratégicas e permitiria uma cooperação mais estreita e iniciativas conjuntas sobre prioridades comuns, como a gestão de crises, a segurança marítima, o combate às ciberameaças e às ameaças híbridas e a luta contra o terrorismo. Além disso, facilitaria a cooperação industrial no domínio da defesa.

Ambas as partes estão também a encetar negociações sobre um **acordo de segurança das informações** que facilitará o intercâmbio de informações classificadas e o reforço da cooperação em domínios relacionados com a segurança e a defesa. Tal poderá também abrir caminho à participação da Índia nas iniciativas da UE em matéria de segurança e defesa, em consonância com os quadros baseados nos Tratados da UE.

a) Aprofundar o compromisso em matéria de segurança regional

O crescente empenhamento estratégico da UE no Indo-Pacífico — especialmente o seu apoio aos parceiros regionais em domínios de segurança abrangentes — está estreitamente alinhado com o papel da Índia enquanto pilar fundamental da estabilidade regional e com o aprofundamento da sua cooperação com parceiros como os EUA, o Japão, a Austrália e os países membros da ASEAN. Ambas as partes devem melhorar a coordenação e trocar pontos de vista sobre as **ligações entre as regiões euro-atlântica e do Indo-Pacífico**, em especial a ligação entre o Mediterrâneo, o mar Vermelho e o Oceano Índico, enquanto interfaces fundamentais entre as duas regiões.

A **participação da UE na Iniciativa para os Oceanos do Indo-Pacífico lançada pela Índia** reflete a sua disponibilidade para reforçar a cooperação em prioridades comuns, como a ecologia marítima, os recursos marinhos, o reforço das capacidades, a preparação para catástrofes, a segurança marítima e os transportes.

Enquanto **parceiro de diálogo da Associação dos Países da Orla do Oceano Índico**, a UE está também bem posicionada para criar sinergias com a Índia em matéria de prioridades regionais. Em 2024, a UE e a Índia acordaram em lançar consultas específicas no Indo-Pacífico para melhorar a coordenação em desafios estratégicos comuns.

A UE promove a paz e a segurança com base no respeito pelo direito internacional e continuará a **dialogar com a Índia sobre todos os aspetos da luta contra a agressão militar da Rússia contra a Ucrânia**. Neste contexto, a UE continuará a explorar formas de impedir a reexportação para a Rússia de produtos originários da UE usados no campo de batalha e a evasão às sanções, nomeadamente através da frota-fantasma da Rússia e de outras medidas no domínio da energia.

Tal inclui o diálogo em curso com o enviado da UE para as sanções e iniciativas práticas de reforço das capacidades com o setor privado.

O diálogo com a Índia em matéria de **gestão de crises**, em domínios de interesse mútuo, é importante e a UE acolheria com agrado a participação da Índia nas **missões civis e militares** da política comum de segurança e defesa da UE. A UE e a Índia devem empenhar-se em explorar as disposições adequadas para o efeito, no pleno respeito dos respetivos processos de tomada de decisão.

b) Combater as ameaças tradicionais e híbridas

A segurança marítima é uma pedra angular da segurança regional e mundial. Uma vez que ambas as partes dependem fortemente do transporte marítimo para o comércio e a conectividade, é fundamental garantir linhas marítimas de comunicação seguras, proteger as infraestruturas críticas e travar as atividades da frota-fantasma. A UE e a Índia estão unidas no seu compromisso com uma ordem marítima livre, aberta, inclusiva e assente em regras, incluindo no Indo-Pacífico, em conformidade com o direito internacional, em especial a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. A UE e a Índia comprometeram-se a aumentar a participação na **sensibilização para o domínio marítimo**, a fim de promover a avaliação, a coordenação e a interoperabilidade partilhadas, o que exige sinergias a muitos níveis.

A UE procura aprofundar a cooperação com a Índia em apoio dos **quadros regionais de segurança marítima**, ajudando a reforçar a capacidade dos Estados costeiros para enfrentarem desafios comuns. Tal inclui um trabalho conjunto sobre a sensibilização para o domínio marítimo e o reforço do apoio às plataformas regionais de partilha de informações, como o Centro Regional de Fusão de Informações Marítimas em Madagáscar. A UE e a Índia poderiam também colaborar mais estreitamente em projetos de **reforço de capacidades** para os países do Oceano Índico.

Com base na colaboração existente, nomeadamente através das **operações navais EUNAVFOR ATALANTA e EUNAVFOR ASPIDES**, a UE pretende alargar a cooperação operacional com a Marinha indiana. Tal poderá incluir outros exercícios conjuntos, com base no exercício naval de junho de 2025, centrado em operações avançadas de combate à pirataria, interoperabilidade, manobras táticas e comunicações seguras. Esses exercícios poderão envolver outros parceiros do Indo-Pacífico. A UE procurará celebrar acordos entre as operações navais da UE e a Marinha indiana para facilitar uma maior partilha de informações e cooperação no Oceano Índico ocidental. Além disso, a UE e a Índia poderão desenvolver atividades marítimas conjuntas noutros domínios de interesse comum, como o Golfo da Guiné.

A futura cooperação deve também centrar-se na proteção das **infraestruturas marítimas críticas**, em especial face ao aumento das ameaças híbridas. A participação por intermédio de estruturas regionais como a Comissão do Oceano Índico será fundamental para enfrentar estes desafios de segurança em constante mutação. A UE e a Índia devem também continuar a cooperar em matéria de segurança marítima, incluindo a luta contra as ameaças para o ambiente e para a segurança da navegação decorrentes do transporte marítimo não conforme com as normas e de práticas de navegação de risco.

A UE propõe o aprofundamento da colaboração com a Índia em matéria de **cibersegurança** e o reforço da resiliência a **ameaças híbridas**, designadamente através do ciberdiálogo UE-Índia, nomeadamente em domínios como a investigação relacionada com a segurança, a segurança das cadeias de abastecimento das TIC e a promoção de tecnologias e fornecedores digitais de confiança. A cooperação poderia ser reforçada nos domínios da assistência jurídica mútua e da cibercriminalidade, incluindo a violência de género facilitada pela tecnologia.

A UE e a Índia enfrentam graves **ameaças terroristas**. O ataque de Pahalgam, em abril de 2025, foi um trágico lembrete do custo humano do terrorismo. Ambos os parceiros enfrentam desafios relacionados com as ligações do terrorismo com a criminalidade organizada, bem como a necessidade de combater o financiamento do terrorismo, a propaganda em linha e os riscos colocados pelas tecnologias emergentes. A UE está empenhada em continuar a reforçar a cooperação em matéria de **luta contra o terrorismo** para avaliar as ameaças mundiais, combater o extremismo e o financiamento do terrorismo e reforçar a colaboração através de esforços de reforço das capacidades, de projetos conjuntos e de parcerias em matéria de aplicação da lei.

No que diz respeito à **criminalidade organizada transnacional**, a UE visa reforçar a cooperação judiciária e policial com a Índia. Visa aplicar o acordo de cooperação entre a Europol e o Gabinete Central de Investigação da Índia, que permite a ambas as partes proceder ao intercâmbio de dados não pessoais, tais como metodologias, tendências e outras informações pertinentes em matéria de criminalidade. Tal inclui a ligação da Índia à Aplicação de Intercâmbio Seguro de Informações da Europol. Do mesmo modo, a UE e a Índia poderiam desenvolver a cooperação com a Eurojust e a Procuradoria Europeia. Esta cooperação poderia ser alargada de modo a abranger a prevenção do desvio e do tráfico de precursores de drogas utilizados no fabrico ilícito de drogas ilícitas e de novas substâncias psicoativas.

c) Reforçar a cooperação industrial no domínio da defesa

O reforço da cooperação entre as indústrias de defesa da UE e da Índia — em consonância com as prioridades comuns em matéria de segurança e com as devidas salvaguardas contra a fuga de tecnologia — pode ajudar a reforçar as respetivas **capacidades de produção e tecnológicas**, aumentar a segurança das cadeias de abastecimento e estimular a inovação e a competitividade. Os conhecimentos especializados da UE em matéria de investigação, desenvolvimento e fabrico no domínio da defesa podem ajudar a Índia a reforçar a sua base industrial de defesa e a diversificar cadeias de abastecimento fiáveis, ao passo que as capacidades de fabrico da Índia podem ajudar a UE a aumentar o fornecimento de armas em setores específicos.

Para fazer avançar esta cooperação, poder-se-ia criar um **Fórum da Indústria da Defesa EU-Índia liderado pela indústria**, com o objetivo de reunir empresas de ambas as partes, a fim de partilhar boas práticas e identificar oportunidades de cooperação. Os funcionários da UE e da Índia participariam na qualidade de observadores.

4. CONECTIVIDADE E QUESTÕES GLOBAIS

Enquanto importantes intervenientes mundiais no G20, a UE e a Índia devem reforçar a cooperação para defender interesses comuns, enfrentar desafios globais prementes e

contrabalançar modelos de desenvolvimento insustentáveis promovidos por outros. Ambos os parceiros estão bem posicionados para promover conjuntamente uma conectividade regional segura e sustentável, a cooperação para o desenvolvimento com e em países terceiros e uma governação mundial eficaz.

a) Reforçar a conectividade regional

Tanto a UE como a Índia têm **agendas ambiciosas em matéria de conectividade** internacional. A Estratégia *Global Gateway* da UE mobiliza 300 mil milhões de EUR a nível mundial para apoiar as infraestruturas energéticas, digitais e de transportes, enquanto a Índia avança iniciativas como a MAHASAGAR (*Mutual and Holistic Advancement for Security and Growth* — Promoção Mútua e Holística da Segurança e do Crescimento). Em 2021, ambos os parceiros celebraram igualmente a Parceria de Conectividade UE-Índia. Tirando partido destas plataformas, ambos os parceiros estão bem posicionados para cooperar no reforço da conectividade entre a Europa, a Índia e a região em geral, defendendo padrões elevados e desbloqueando simultaneamente novas oportunidades comerciais tanto para as empresas da UE como para as empresas indianas.

Um exemplo emblemático desta colaboração estratégica é o **Corredor Económico Índia-Médio Oriente-Europa (IMEC)**. Este projeto visa relançar as rotas comerciais históricas da Eurásia através da integração de infraestruturas marítimas, ferroviárias, digitais, energéticas e de hidrogénio limpo. O IMEC visa diversificar as rotas comerciais, reduzir as dependências estratégicas, promover a integração regional e preparar as cadeias de abastecimento para o futuro, abrindo novas oportunidades económicas na Europa, Índia, África e outras regiões.

A UE está empenhada em desempenhar um papel de liderança no IMEC, investindo através da Estratégia *Global Gateway* e coordenando com os parceiros da Equipa Europa, incluindo o BEI, para apoiar projetos que vão **desde estudos de viabilidade até ao desenvolvimento de infraestruturas**. A UE está disposta a cooperar com a Índia para promover a implantação regional de **infraestruturas digitais** seguras e sustentáveis, incluindo redes 5G seguras e fiáveis, cabos submarinos e terrestres e conectividade por satélite.

No âmbito do IMEC, a UE está a fazer avançar o **Corredor Digital UE-África-Índia**, incluindo o sistema de cabos submarinos Blue Raman, com 11 700 km, que liga a Europa à Índia através do Mediterrâneo, do Médio Oriente e da África Oriental. Esta iniciativa da UE proporcionará uma conectividade de dados ultrarrápida, segura e diversificada, resiliente a perturbações causadas por catástrofes naturais ou atos de sabotagem.

Além disso, a UE e a Índia estão a colaborar no desenvolvimento de **corredores de transportes marítimos verdes**, que reforçarão a conectividade marítima sustentável, reduzirão a dependência de rotas com utilização intensiva de carbono e afirmarão a liderança conjunta na definição das normas de comércio e transportes mundiais.

b) Promover a cooperação em países terceiros

Por intermédio do **Acordo Administrativo UE-Índia, assinado em junho de 2025**, os parceiros comprometem-se a investir conjuntamente em projetos de apoio ao crescimento económico, ao emprego e ao desenvolvimento sustentável em países terceiros, em especial em

África e no sul da Ásia. Esta colaboração aproveitará os pontos fortes complementares da UE, da Índia e dos seus setores privados para maximizar o impacto no terreno e procurar desenvolver mecanismos de financiamento inovadores baseados no mercado. Poderá **envolver outros parceiros que partilhem as mesmas ideias**. Esta cooperação é cada vez mais crucial face à evolução do panorama da ajuda e ao surgimento de modelos de desenvolvimento alternativos.

Os futuros **projetos de cooperação trilateral** poderão centrar-se em setores identificados mutuamente, como as infraestruturas de energia limpa, a mobilidade ecológica e a digitalização. A UE e a Índia acordaram igualmente em implantar conjuntamente infraestruturas públicas digitais em países terceiros que funcionem sem problemas com os sistemas da UE e da Índia.

As iniciativas em curso mostram como a cooperação entre a UE e a Índia pode proporcionar benefícios tangíveis aos parceiros. Por exemplo, a UE e a Índia partilham o objetivo de tornar a tecnologia da energia solar mais acessível e económica em todo o mundo através da **Aliança Solar Internacional (ISA)**. A UE está a apoiar o programa da ISA sobre a estruturação de uma rede internacional de Centros de Recursos de Tecnologia e Aplicações Solares (STAR-C), que contribuirá para melhorar a qualidade das infraestruturas e promover mercados de produtos e serviços de energia solar, especialmente nos países africanos menos desenvolvidos.

A UE continuará a colaborar com a **Coligação para Infraestruturas Resilientes a Catástrofes** liderada pela Índia, a fim de ajudar a construir sistemas de infraestruturas capazes de resistir aos choques climáticos nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento em todo o oceano Pacífico, no mar das Caraíbas e no oceano Índico. Outra nova iniciativa regional utilizará os **instrumentos de satélite Copernicus** para apoiar a gestão do risco de catástrofes no sul da Ásia.

Uma nova **parceria UE-Índia para assistência humanitária** baseada em princípios humanitários reconhecidos internacionalmente permitiria a ambas as partes coordenar melhor as suas ações no terreno.

c) Moldar uma governação mundial eficaz

A UE e a Índia reconhecem que são necessárias instituições mundiais eficazes para enfrentar desafios comuns e promover os objetivos partilhados de crescimento sustentável e inclusivo, direitos humanos, paz e segurança. Numa altura em que estas instituições enfrentam pressões crescentes, uma **melhor coordenação entre a UE e a Índia nas Nações Unidas, no G20 e noutros fóruns** — nomeadamente através de consultas regulares antes de eventos importantes — reforçaria o nosso impacto coletivo.

Ambos os parceiros apoiam a **reforma das instituições multilaterais**, a fim de as tornar mais representativas e adaptadas aos desafios atuais. A **iniciativa ONU80** proporciona uma plataforma para fazer avançar a reforma e a revitalização das Nações Unidas, defendendo simultaneamente os seus princípios e aplicando o Pacto para o Futuro. A próxima presidência indiana dos BRICS constituirá uma oportunidade para a Índia promover o direito, as normas e os valores internacionais nas instâncias internacionais.

A UE e a Índia partilham um interesse por um sistema comercial mundial aberto, previsível e baseado em regras. Por conseguinte, a UE e a Índia devem trabalhar em conjunto no sentido de uma **reforma significativa da Organização Mundial do Comércio (OMC)**, a fim de

estabelecer uma governação mais eficaz e uma agenda comercial atualizada, com vista a combater melhor as distorções económicas e a fragmentação crescente. Uma vez que ambos os parceiros partilham a preocupação com o défice de financiamento para alcançar os ODS, existe uma oportunidade para unir forças na construção de uma **arquitetura financeira internacional mais inclusiva e eficiente**, mobilizando recursos de todas as fontes, promovendo simultaneamente as reformas do Banco Multilateral de Desenvolvimento e aplicando o plano de ação do Compromisso de Sevilha.

A UE e a Índia devem cooperar para aplicar o **Acordo de Paris**, incluindo os sucessivos compromissos assumidos pela Conferência das Partes (COP) na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, e aumentar ainda mais a sua ambição de descarbonização através de contributos determinados a nível nacional em toda a economia e inclusivos em termos de gases com efeito de estufa. A UE congratula-se com a manifestação de liderança da Índia na sua intenção de acolher a COP33 em 2028. Com base no acordo do G20, sob a presidência da Índia, para triplicar a capacidade mundial de energias renováveis, os dois parceiros devem acelerar conjuntamente a ação multilateral em matéria de **transição para energias limpas**, nomeadamente no âmbito do Fórum Mundial sobre as Transições Energéticas, do Grupo de Liderança para a Transição Industrial e da Aliança Mundial dos Biocombustíveis, e impulsionar iniciativas multilaterais destinadas a **eliminar progressivamente os combustíveis fósseis**.

A UE colaborará igualmente com a Índia para assegurar a plena aplicação do **Quadro Mundial para a Biodiversidade de Kunming-Montreal** e da Agenda Mundial da Água, promover a adoção de um **Tratado Mundial sobre Plásticos** vinculativo e proceder ao intercâmbio de informações sobre a luta contra a criminalidade ambiental, incluindo a transferência ilegal de resíduos. A UE e a Índia manifestaram a sua vontade de cooperar na aplicação do **Quadro de Impacto Zero da Organização Marítima Internacional** para descarbonizar o transporte marítimo internacional.

A UE procura reforçar a cooperação com a Índia em matéria de governação dos oceanos, nomeadamente através de um **diálogo sobre os oceanos e as pescas**, a fim de promover a gestão sustentável dos recursos, proteger a biodiversidade marinha e fazer avançar a ratificação e a aplicação do Acordo sobre a Biodiversidade além da Jurisdição Nacional, bem como a designação de novas áreas marinhas protegidas (AMP) no oceano Antártico. A UE acolheria igualmente com agrado os esforços conjuntos envidados pela Comissão do Atum do Oceano Índico, a eventual adesão da Índia ao Acordo sobre medidas dos Estados do porto sobre a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) e a finalização de regras adicionais no âmbito do Acordo da OMC sobre as Subvenções à Pesca.

A UE e a Índia continuarão a apoiar a Organização Mundial da Saúde (OMS), a trabalhar em conjunto para alcançar uma cobertura universal dos cuidados de saúde e a cooperar na **nova iniciativa da UE em matéria de resiliência sanitária a nível mundial**. Aprofundarão igualmente a cooperação para combater **a fome e a insegurança alimentar a nível mundial** através de iniciativas multilaterais, como a Aliança Mundial contra a Fome e a Pobreza.

Por intermédio de uma coordenação estreita nas plataformas mundiais de **governação da IA**, a UE e a Índia poderão defender mais eficazmente uma abordagem da IA responsável e centrada

no ser humano. A UE está disposta a colaborar com a Índia para o êxito da cimeira sobre IA organizada pela Índia em fevereiro de 2026.

A UE aguarda com expectativa a continuação do diálogo com a Índia sobre questões de direitos humanos a nível bilateral e multilateral. A UE congratula-se com os compromissos assumidos pela Índia enquanto país candidato à adesão ao **Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas**. A cooperação com a Índia na ONU e noutros fóruns multilaterais deve aprofundar-se ainda mais no que diz respeito à **estabilidade no ciberespaço**, à aplicação do quadro das Nações Unidas para um comportamento responsável dos Estados no ciberespaço e a uma abordagem da **luta contra o terrorismo** baseada nos direitos humanos. A UE continuará a coordenar com a Índia medidas de transparência e de reforço da confiança no **espaço exterior**, no âmbito do Grupo de Trabalho Aberto da ONU sobre a Prevenção de uma Corrida ao Armamento no Espaço Exterior. Continuará a dialogar com a Índia na defesa do **quadro multilateral de não proliferação, desarmamento e controlo de armas** e incentivará a Índia a aderir a tratados fundamentais, como o Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares, o Tratado de Proibição Total de Ensaio Nucleares e o Tratado sobre o Comércio de Armas.

5. FACILITADORES EM TODOS OS PILARES

Os facilitadores em todos os pilares são essenciais. Estes incluem a mobilidade de competências, o intercâmbio de conhecimentos, a participação das empresas e a cooperação institucional, a fim de maximizar a interação, promover a compreensão mútua e assegurar uma maior coerência e impacto em todas as iniciativas económicas, tecnológicas, de segurança e mundiais. Funcionando como o tecido conjuntivo da parceria, estes facilitadores torná-la-ão mais integrada, resiliente e capaz de enfrentar os desafios atuais e futuros.

a) Expandir a mobilidade das competências

A mobilidade entre a Índia e a UE tem vindo a expandir-se de forma constante, reforçando as economias, o turismo e os laços entre os povos. Em 2023, viviam na UE 825 000 cidadãos indianos, constituindo o maior grupo a receber cartões azuis da UE e autorizações de transferência dentro das empresas. Os indianos são também um grupo importante de estudantes, investigadores e bolsiros Erasmus Mundus. Viajar tornou-se mais fácil, com quase um milhão de vistos Schengen emitidos na Índia em 2024, muitos dos quais como vistos de curta duração para entradas múltiplas.

Ambos os parceiros visam **gerir a migração de forma sensata** — combatendo os fluxos ilegais, apoiando simultaneamente uma mobilidade equilibrada de talentos que sirva as prioridades de desenvolvimento da Índia e as necessidades económicas da UE, tal como descrito no diálogo de alto nível UE-Índia e na Agenda Comum para a Migração e a Mobilidade. A melhoria dos dados, a partilha de informações, o desenvolvimento e a correspondência de competências, juntamente com o apoio aos recém-chegados, ajudarão a construir uma rede duradoura de talentos.

A UE está a colaborar com a Índia para lançar o **primeiro projeto-piloto «European Legal Gateway Office»** na Índia, uma plataforma única para prestar informações e apoiar a circulação de trabalhadores para a UE, começando pelo setor das TIC. A Comissão está a coordenar-se

com os Estados-Membros e a indústria para assegurar um lançamento rápido e alinhado com o mercado. A iniciativa aborda os obstáculos operacionais, responde a uma forte procura e pode alargar-se às competências digitais no domínio da IA, dos dados, da computação quântica e da supercomputação.

A par do quadro de comércio e investimento que o ACL deverá criar, a UE e a Índia, com a participação dos Estados-Membros interessados, poderiam desenvolver um **quadro abrangente de cooperação em matéria de mobilidade** para racionalizar a migração legal, apoiar o desenvolvimento de competências, comparar os quadros de competências e qualificações e facilitar a circulação de trabalhadores qualificados, jovens profissionais e trabalhadores sazonais em setores com escassez de mão de obra. A **futura estratégia da UE em matéria de vistos** apresentará igualmente ações destinadas a facilitar a mobilidade dos melhores estudantes, investigadores e trabalhadores qualificados.

A UE e a Índia podem alargar os **intercâmbios de estudantes, académicos e investigadores** através de iniciativas como a União das Competências, o Erasmus+, incluindo os programas de mestrados conjuntos Erasmus Mundus, e as Ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA), juntamente com programas de financiamento indianos. Novas iniciativas, como o projeto-piloto «Choose Europe for Science» e o mecanismo de cofinanciamento do Conselho Indiano de Investigação Científica e Industrial, impulsionarão a colaboração. A UE organizará igualmente **feiras de estudo** na Índia através da iniciativa «Estudar na Europa».

As instituições indianas podem aderir aos **Centros de Excelência Profissional Erasmus+** como parceiros associados, ao passo que os participantes da UE devem ter um acesso mais fácil aos programas indianos de mobilidade, bolsas de estudo e educação. No domínio da aprendizagem em contexto laboral, a UE poderá partilhar a sua experiência com a Aliança Europeia para a Aprendizagem como um tipo de iniciativa que visa promover normas de elevada qualidade para a **aprendizagem**.

Para tornar a educação europeia mais atrativa para os melhores estudantes indianos, é necessária uma cooperação mais estreita entre as instituições, a fim de facilitar o **reconhecimento das qualificações** e dos períodos de aprendizagem no estrangeiro. Tal apoiará a colaboração sistémica no ensino superior e profissional, permitindo programas conjuntos, *campus* satélites e formação linguística na Índia.

A UE lançará um **diálogo sobre educação e competências** a nível político que reunirá decisores políticos, autoridades de garantia da qualidade, instituições de ensino e empresas de formação de ambas as partes, promovendo um fluxo contínuo de talentos para setores com escassez de trabalhadores. A UE está também a estudar legislação no sentido de estabelecer regras comuns para o reconhecimento de qualificações e competências de países terceiros.

b) Promover a compreensão mútua

A compreensão mútua entre as instituições, os decisores políticos e o público em geral deve ser promovida através de iniciativas nos domínios da investigação política, da sensibilização educativa e da diplomacia cultural.

A promoção da **investigação sobre a Índia contemporânea na Europa e sobre a UE na Índia** contribuirá para aprofundar os conhecimentos, informar melhor a tomada de decisões e reforçar

a sensibilização do público. As **ações Jean Monnet** no âmbito do Programa Erasmus+ são um instrumento importante para promover o ensino, a aprendizagem, a investigação e os debates sobre vários aspetos da UE.

A UE criará uma nova **rede Jean Monnet específica para a Índia** no âmbito do Erasmus+, que reunirá instituições de ensino superior e outros organismos pertinentes. Poder-se-ão prever outras iniciativas — como projetos financiados pelo Horizonte Europa ou reuniões anuais de académicos e peritos europeus sobre a Índia — para ajudar a promover a compreensão europeia da Índia.

A criação de **plataformas colaborativas** para estabelecer parcerias entre os **principais grupos de reflexão e instituições académicas** — abrangendo ambas as regiões — proporcionará oportunidades estruturadas de diálogo sobre a nova agenda estratégica. Essas colaborações poderão gerar mesas-redondas regulares e elaborar sessões de informação sobre políticas para apoiar a elaboração de políticas baseadas em dados concretos. Ambos os parceiros devem comprometer-se a participar regularmente, a alto nível, nos **diálogos ao nível da diplomacia track 1.5**.

As **competências profissionais** poderiam ser reforçadas através de intercâmbios entre diplomatas em início de carreira e de novas iniciativas para os **jovens**, a fim de promover contactos entre líderes emergentes e jovens profissionais.

Por último, a **diplomacia cultural e linguística** continua a ser uma pedra angular da compreensão mútua. Ambos os parceiros poderiam alargar iniciativas como o Festival de Cinema da UE e as Noites Longas da Literatura, com a participação de autores, artistas e intercâmbios culturais interativos.

c) Envolver as comunidades empresariais

O setor privado desempenha um papel fundamental na criação de um ambiente favorável aos negócios e ao comércio e na promoção de relações mais estreitas entre a UE e a Índia. Tal exige uma interação mais forte entre as empresas da UE e da Índia, bem como entre as empresas e os decisores políticos.

A **Federação das Empresas Europeias na Índia (FEBI)** foi criada em 2024, servindo como porta-voz das empresas da UE na Índia, com o objetivo de facilitar a atividade empresarial através de recomendações políticas e de ações de sensibilização junto das empresas e dos governos da UE e da Índia. O papel da FEBI e das suas congéneres indianas deve ser ainda mais reforçado.

A este respeito, a criação de um **Fórum Empresarial UE-Índia** poderia proporcionar perspetivas empresariais valiosas para a elaboração de políticas favoráveis ao crescimento. Reuniões anuais regulares — realizadas antes das cimeiras bilaterais e dos principais fóruns UE-Índia —, bem como uma maior consulta das empresas no âmbito das vertentes de trabalho do CCT, maximizariam a aceitação pelo mercado das iniciativas UE-Índia.

Devem também ser incentivadas as **visitas de delegações da indústria** que envolvam associações do setor privado.

d) Reforçar a arquitetura institucional

Importa reforçar a arquitetura institucional das relações UE-Índia para apoiar esta nova agenda estratégica abrangente.

A **Cimeira UE-Índia**, que assegura a supervisão ao mais alto nível da agenda estratégica conjunta, deve ser realizada anualmente. Um **comité misto de execução** a nível de altos funcionários informaria os dirigentes antes da cimeira anual, a fim de apoiar a concretização dos compromissos conjuntos.

O **Conselho de Comércio e Tecnologia (CCT)**, que se reúne anualmente a nível ministerial, supervisionaria a prosperidade, a segurança económica e a sustentabilidade, bem como os assuntos relacionados com a tecnologia e a inovação, nos pilares 1 e 2, e o **diálogo estratégico** supervisionará a cooperação em matéria de segurança e defesa, bem como questões regionais e mundiais, nos pilares 3 e 4.

O CCT tem proporcionado uma plataforma de coordenação para enfrentar os principais desafios em matéria de comércio, tecnologia e segurança. A fim de assegurar que o CCT tem um papel de orientação eficaz na promoção de uma agenda estratégica mais ampla, a UE e a Índia devem ponderar **a sua melhoria, alargando a participação**, introduzindo um processo de altos funcionários para preparar sessões ministeriais e **integrando uma dimensão empresarial**.

Mecanismos ministeriais específicos fornecem orientações estratégicas em setores específicos abrangidos pela agenda estratégica, ao passo que ambos os parceiros podem estabelecer **novos diálogos** em domínios como a política agroalimentar, a aviação, a diversificação das importações de energia, a educação e as competências, os oceanos e as pescas e o espaço. Os membros da Comissão estão empenhados em intensificar os **contactos bilaterais** com os seus homólogos indianos, nomeadamente nas instâncias internacionais.

A UE e os seus Estados-Membros — na medida do possível no âmbito de uma abordagem Equipa Europa que inclua a comunidade empresarial — devem também alargar o **alcance aos 28 Estados e oito territórios da União da Índia**.

PERSPETIVAS FUTURAS

A presente comunicação conjunta apresenta uma visão política positiva e ambiciosa. Com base na Declaração Conjunta dos Líderes de 2025, apresenta um pacote substancial de propostas e iniciativas concretas que podem elevar a parceria para um nível superior e ter um **impacto** mutuamente benéfico e **transformador**.

Com base nestas propostas, a UE está pronta a trabalhar com a Índia no **desenvolvimento de uma Agenda Estratégica Global Conjunta UE-Índia**, que poderá ser adotada na próxima Cimeira UE-Índia. A UE aguarda com expectativa o empenho e as medidas concretas da Índia neste processo, assegurando que este é **impulsionado por prioridades comuns**, ações concretas e resultados mensuráveis.

O Parlamento Europeu e o Conselho são convidados a apoiar a nova agenda estratégica apresentada na presente comunicação conjunta.